



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

405

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 306098-0 –
Comarca do Recife**

Embargante: Município do Recife.

Embargado: Associação dos Moradores da Vila Escalabe.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando vulnerado o art. 174 do CTN e a Súmula nº 106 do STJ, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 306098-0, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

106

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 306098-0 –
Comarca do Recife**

Embargante: Município do Recife.

Embargado: Associação dos Moradores da Vila Escalabe.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. PRESCRIÇÃO. DEMORA NA
CITAÇÃO DO EXECUTADO IMPUTADA À FAZENDA PÚBLICA.
INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 106 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO. 1.
Nada a reformar no caso concreto, pois, na hipótese dos presentes autos,
verifica-se que apesar de o lançamento de ofício dos créditos ter ocorrido em
1999/2001 e a distribuição virtual do feito ter-se dado em dezembro de 2004, a
Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em
dezembro de 2009, quando já transcorrido mais de 05 (cinco) anos da
constituição dos referidos créditos, não podendo ser justificada a demora na
citação do executado por culpa do Poder Judiciário. 2. Nesse diapasão, sendo
caracterizada a desídia da parte exequente, principal interessada na satisfação
do crédito, posto que deixou transcorrer o lapso do prazo prescricional, não se
pode socorrer a Súmula nº 106 do STJ, vez que a mesma somente tem
incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço
judiciário. 3. Recurso unanimemente improvido, não se considerando
vulnerados os dispostos nos arts. 219, §§ 1º e 2º, do CPC; 174, parágrafo
único, I, do CTN; 8º, §2º, da Lei nº 6.830/80 e da Súmula nº 106 do STJ
(RAAC- 302468-6, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em
04/07/2013).

Requer o embargante, para fins de prequestionamento, a
manifestação expressa acerca do art. 174, do CTN e a Súmula nº 106 do STJ,
ditos violados.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o
pronunciamento explícito a respeito do art. 174, do CTN e a Súmula nº 106 do
STJ.

Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais fundamentadas no
convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura
Municipal do Recife, os processos iniciam digitalizados, com distribuição
eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à
Prefeitura do Recife.

~

No caso em apreço, não há omissão a ser sanada, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

107

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

Por fim, se há eventual *error in judicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferido o art. 174, do CTN e a Súmula nº 106 do STJ.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator